

Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão*

*Nuno Miguel Augusto***

INTRODUÇÃO: A Intervenção Pública e a Habitação Social

A habitação social representa uma das estratégias fundamentais da providência estatal. O direito à habitação, constante da maior parte das constituições nacionais, força o Estado a uma intervenção em nome dos cidadãos menos favorecidos em termos habitacionais, tentando deste modo reduzir a sua situação de exclusão. Nas sociedades democráticas a acção do Estado não é simplesmente uma forma de providência, mas deverá contemplar igualmente um exercício de cidadania e um meio de inserção dos grupos mais desprivilegiados, sem que tal implique numa acentuação, quer objectiva, quer subjectiva, da experiência de exclusão vivida pelos actores, devendo, para tal, reforçar o conjunto de laços sociais que caracterizam e definem essa mesma inserção.

A intervenção centralizada do Estado Providência, no entanto, tem privilegiado e personificado uma concepção assistencialista do desenvolvimento e demonstra uma extrema dificuldade em servir níveis mais micro do desenvolvimento. Esta incapacidade acabaria por se reflectir, quer nas acções tomadas, quer nas estruturas criadas. A forte burocratização do aparelho de Estado e a distância e desconhecimento das realidades do actor demonstram-se frequentemente como contraproducentes e redundam geralmente numa desadequação entre os objectivos de inserção e a efectiva realidade experimentada pelos destinatários.

Afastado do informal, o providencialismo tradicional perde o carácter de inserção e reflecte fundamentalmente um carácter integrador de “fornecimento de fogos”. Por outro lado, promove a resistência à mudança, ao converter os actores sociais em meros receptores de bens e serviços e ao desadequar-se da lógica de mercado. No fundo, limita a acção, complexifica a relação com os seus destinatários e torna disfuncionais os objectos sociais que produz.

A resolução (e auto-resolução) dos problemas e das necessidades dos actores locais surge, assim, condicionada por uma constante obstaculação imposta pelo peso do aparelho burocrático das instituições públicas, fomentando a desfiliação entre indivíduo e Estado. Nas estruturas criadas denota-se uma lógica desconcentradora, mas não descentralizadora. A mera desconcentração tradicional transformou os actores sociais em receptores de bens e serviços e teve como resultado uma evidente incapacidade em promover um desenvolvimento participado e capaz de envolver as lógicas não institucionais mais informais. Como afirma Alcides Monteiro a intervenção pública pautou-se pela «ausência de protagonização de um apelo a uma cidadania responsável por parte de uma administração pública que não interiorizou os direitos dos utentes» (1997).

A habitação social surge nesta mesma lógica, igualmente marcada pelo peso do aparelho burocrático, pela distância em relação às especificidades locais e comunitárias e por um modo de acção excessivamente funcionalista (Almeida, Paula, 1994). Por outro lado, as iniciativas demonstravam-se fortemente ideologizadas, o que reforça o centralismo e distancia o informal, politizando-o (Gross, 1994). Quebra-se, assim, uma condição fundamental para o desenvolvimento - a emancipação e autonomia da acção.

* Com base na Tese de Mestrado sob o título *Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros Sociais – um estudo de caso* defendido em 1998 na Universidade de Évora

** Docente de Sociologia na Universidade da Beira Interior

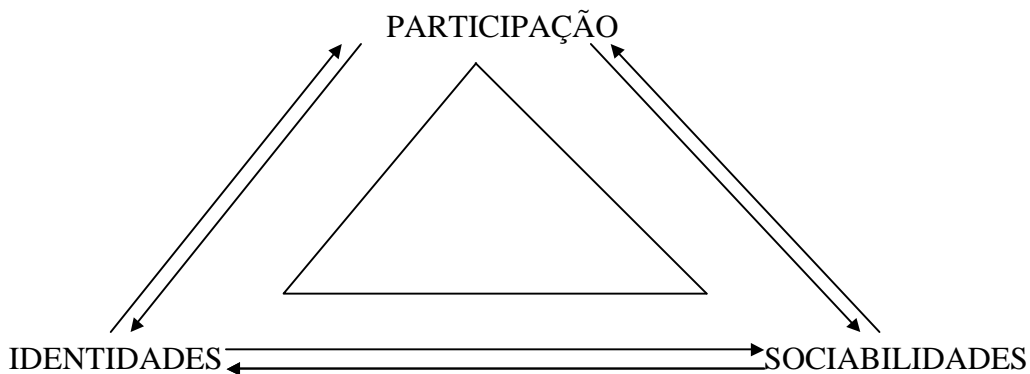
A construção dos chamados bairros sociais tem levantado um conjunto interessante de questões no que concerne à eficácia e eficiência das políticas de habitação social. A forma generalista como as especificidades destes espaços têm sido tratadas reflecte-se na crescente incapacidade para gerir as suas relações internas. Por outro lado, a habitação social não tem contribuído para uma lógica, nem de integração, nem de inserção urbana dos grupos mais desfavorecidos.

A construção destes espaços surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e de exclusão. A guetização é, muitas das vezes, a principal consequência de todo este processo (Guerra, 1994). Para além de excluídos das vantagens do centro, os residentes estão igualmente afastados dos processos de decisão, isto é, desinseridos.

As fragilidades do ordenamento, assim como as características arquitectónicas e sociais rapidamente ganham contornos simbólicos que facilmente conduzem a uma estigmatização dos bairros sociais. A negativização das identidades relativamente ao bairro e o sentimento de exclusão convertem-se em características centrais deste processo de estigmatização (Pinto, 1994).

Os obstáculos à emancipação e autonomia destes actores multiplicam-se à medida que os procedimentos institucionais se complexificam. A condição de actor nestes espaços confina-se muitas vezes à de receptor passivo ou beneficiário, face a uma estratégia fundamentalmente assistencialista do providencialismo tradicional. Por estar desidentificado com o bairro, o indivíduo não o promove nem o defende e dificilmente consegue gerar lógicas de acção colectiva (Guerra, 1994).

A habitação social acaba, no fundo, por demonstrar sérias limitações na criação e manutenção de um triângulo inter-influente entre as identidades, as sociabilidades e a participação.



O modo como o indivíduo se relaciona no seu espaço e o modo como constrói a sua identidade, dificilmente gerarão uma participação dos actores. O indivíduo não defenderá o seu espaço se não se identificar com ele e dificilmente porá em marcha uma iniciativa colectiva se carecer de relações de sociabilidade regulares. A habitação social acaba, portanto, por demonstrar uma dupla incapacidade, quer na construção de um espaço relacional, quer nas possibilidades de uma apropriação social deste espaço. Que motivos poderão estar subjacentes à disfuncionalidade desta tríade e de que modo ela se reflecte nas percepções e nas práticas sociais dos actores? Os motivos são vários e dificilmente analisáveis sob um único ponto de vista. Para tal, é necessário ter em conta, não apenas as características do espaço enquanto elemento físico, mas fundamentalmente a construção social desse espaço.

Na tentativa de avaliar a funcionalidade deste triângulo interinfluente, analisei o caso particular de um bairro social construído em 1963 na Covilhã, destinado prioritariamente ao realojamento de operários da indústria de lanifícios e que, dada a sua proximidade à estação de caminhos de ferro, ganhou (mesmo

institucionalmente) a designação de Bairro da Estação. A sua intenção era fundamentalmente a da reprodução da força de trabalho, integrado numa política promovida pelo Estado Novo que, simultaneamente, pretendia oferecer condições para a revitalização das cidades industriais e demonstrar a capacidade providencial da ditadura.

As vantagens deste bairro, enquanto objecto de estudos são várias, quer do ponto de vista analítico, quer metodológico. Tratando-se de um bairro caracterizado pela permanência da maioria dos residentes originais (70%), permite uma avaliação do percurso específico deste bairro, distanciando-se de uma análise centrada nos impactos iniciais das estratégias de realojamento que tem caracterizado a maioria dos trabalhos realizados em bairros deste tipo. As vantagens metodológicas advêm da aplicação de técnicas de participação-observação, visto tratar-se de um bairro onde nasci e residi durante 27 anos.

1. A segregação dos bairros sociais – primeiro passo para a exclusão

A periferação dos bairros sociais, conjugada com a sua homogeneidade socioeconómica, garantiu a estes espaços uma condição de segregação relativamente ao centro urbano e às próprias actividades da cidade. O seu distanciamento relativamente à continuidade do tecido urbano, para além de físico, é igualmente simbólico e exprime-se numa estandardização dos seus modelos arquitectónicos. À sua homogeneidade interna (arquitectónica e socioeconómica), contrapõe-se uma forte heterogeneidade relativamente a outros espaços que compõem o tecido urbano. Iguais entre si, os bairros sociais são distintos de todos os outros espaços da cidade, quer em termos sociais, quer arquitectónicos ou de espacialização no tecido urbano, pelo que, facilmente representam situações de segregação urbana.

A periferação e conseqüente segregação a que os bairros sociais se têm visto sujeitos, conduziram a um fenómeno de espacialização da pobreza, concentrando em espaços específicos da cidade os sectores mais carenciados da população local (Maia, 1994). Por outro lado, esta espacialização da pobreza tem contribuído para uma diferenciação social da cidade que, ao invés de advir da dinâmica interna do espaço urbano, se tem produzido de um modo externo, na forma de políticas habitacionais centralizadas e burocratizadas.

Aquilo que, à partida, parecia ser a solução mais viável para a integração das populações (atribuir fogos e oferecer condições habitacionais melhoradas) acabou por se converter num instrumento de segregação e de ghetização. A excessiva concentração de populações socioeconomicamente mais desfavorecidas e de alguns grupos de risco em espaços exíguos e densamente ocupados, acabou por intensificar a diferenciação social da cidade e a segregação desses espaços. Como afirma A. F. Ferreira, em forma de sugestão, «Não podemos continuar a trabalhar e a investir para criar problemas, em vez de os solucionar» (1994: 9)

De um modo geral, os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade. Representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade (contribuindo para a sua visibilidade e estigmatização) e carenciando de estruturas colectivas (Guerra, 1994; Pinto, 1994).

O objecto deste estudo conheceu igualmente, em 1963, uma forte periferação, tendo sido construído numa área peri-urbana, tipicamente destinada à agricultura. Aquando da sua construção, existia já uma zona urbanizada, mas que apenas reforçava as opções políticas de urbanização escolhidas. Tratava-se da primeira fase de construção do bairro, cujas características, quer arquitectónicas, quer sociais dos destinatários se distanciavam claramente das deste bairro. Estas diferenças exprimiram-se rapidamente nas designações que

ambas as fases de construção do bairro adquiriram - o bairro destinado aos operários era designado por “bairro dos pobres”, enquanto que a primeira fase era designada por “bairro dos ricos”. Aliás, jamais, na linguagem espontânea dos residentes, a designação de “bairro” incluiu ambas as fases de construção, contrariamente às designações legais que consideravam um só bairro, construído em 3 fases distintas. Reforça-se, deste modo, a importância de uma conceptualização sociológica de *bairro*, concebido sob a perspectiva do actor, enquanto espaço relacional e identitário.

No momento em que foi inaugurada a segunda fase do Bairro da Estação (Junho de 1963), a zona residencial mais próxima (à excepção da primeira fase de construção), encontrava-se a um raio de 310 metros de distância e tratava-se de um outro bairro social - o Bairro do Rodrigo. A concentração urbana mais próxima e que se estende desde o centro, em crescimento denso e contínuo (como é possível verificar através da planta aerofotogramétrica da cidade), situava-se a cerca de 400 metros do bairro. Ao seu redor existiam apenas pequenas propriedades rurais ou terrenos baldios. Como me afirmou um dos residentes de primeira geração, “quando para cá viemos, isto era só quintas. Muitas pessoas nem queriam vir para cá por ser tão longe”.

A linguagem dos residentes é igualmente reflexo de um sentimento de periferização e de exclusão urbanas, que se reflecte na construção identitária e na construção subjectiva dessa mesma exclusão. A maioria das pessoas mais velhas do bairro continua a utilizar a expressão “ir à cidade” ou “ir à Covilhã”, para se referir a uma deslocação ao centro urbano. Mais do que uma simples expressão quotidiana, estas referências estão carregadas de uma forte carga simbólica, que exprime basicamente uma interiorização da segregação.

Ainda que a leitura da planta aerofotogramétrica de 1970 (primeira planta deste género concebida pela Câmara Municipal da Covilhã) nos demonstre que o bairro foi construído de forma descontínua em relação ao crescimento urbano da Covilhã, a maioria dos residentes não tem uma avaliação idêntica desta periferização. Quando questionados sobre a localização do bairro na cidade aquando da sua vinda, 54,7% dos inquiridos respondeu que o bairro estava bem integrado na cidade quando o vieram habitar, enquanto que 45,3% deles considera que o bairro não estava bem integrado.

Uma leitura mais atenta destes números possibilitou-me concluir, no entanto, que o número de pessoas que considera que o bairro estava bem integrado na cidade é engrossado sobretudo pelos residentes mais recentes. Enquanto que a totalidade dos indivíduos que ocuparam casas do bairro há menos de 10 anos consideram que, nessa altura, estava bem integrado na cidade, o número de indivíduos com essa opinião vai decrescendo à medida que nos aproximamos dos residentes que habitam casas do bairro há mais de 30 anos.

Actualmente, todo o perímetro em torno do bairro, anteriormente constituído por pequenas propriedades rurais, está densamente ocupado. Este processo arrastou-se desde os anos 70 até hoje e ganhou proporções especiais com o chamado “Plano de Urbanização da Zona da Estação”, proposto pela Câmara Municipal da Covilhã, que tem sido posto em prática no decorrer dos anos 90 e que decorre ainda actualmente.

O crescimento urbano de que esta zona tem sido palco reflecte-se igualmente na opinião produzida pelos residentes que, na sua maioria, consideram que hoje o bairro está melhor integrado na cidade que quando o ocuparam, o que igualmente explica as diferentes percepções entre os ocupantes iniciais e os posteriores. Muitos dos inquiridos referem-se a esta zona como a “cidade nova” e este argumento percorre toda a avaliação que os indivíduos produzem do seu espaço de residência.

Aos poucos, o bairro vê-se rodeado de novas construções que substituem as paisagens verdes, anteriormente visíveis das janelas de alguns dos apartamentos. Com estas novas construções vieram igualmente, para além de

uma multiplicidade de vantagens comerciais e de acesso, novos modelos arquitectónicos, novos equipamentos e novas cores (que pouca relação têm com o branco caiado do Bairro da Estação).

As novas construções vieram transformar não apenas a paisagem deste espaço, mas também a sua ocupação social. Por outro lado, esta zona ganha cada vez mais o carácter de “zona nova”, sobrevalorizando-se e reflectindo essa sobrevalorização nas crescentes intervenções urbanísticas de que tem sido palco. Para a maioria dos residentes inquiridos, esta zona era pouco ou muito pouco valorizada aquando da sua vinda para o bairro. Estes valores registam-se, maioritariamente, nos indivíduos que residem no bairro há mais de 30 anos, onde se verificam as únicas avaliações de *muito desvalorizada*, atribuídas a esta zona da cidade na década de sessenta.

A maioria dos indivíduos demonstra uma apreciação positiva da actualidade desta zona da cidade e o sentimento de periferização e de segregação parece desaparecer tendencialmente nas atitudes dos residentes. A assunção desta zona como “zona nova” ou “cidade nova”, não implica, no entanto, que os indivíduos não saibam separar claramente a realidade representada pelo bairro da realidade representada pelo crescimento urbano que entretanto envolveu o bairro. O bairro não é, na generalidade, encarado como parte desta realidade “moderna” e a maioria dos residentes (62,8%) tem consciência de que o bairro está *desvalorizado* ou *muito desvalorizado*, quando comparado com as novas construções entretanto erigidas ao redor deste.

Ainda que conscientes das diferenças, quando colocados face à questão «*na sua opinião, se este bairro fosse construído hoje ainda seria nesta zona?*», a maioria dos indivíduos responde afirmativamente. O argumento mais frequente utilizado para a expressão desta opinião é o facto de se tratar de uma “zona boa” para habitação, geralmente referenciada como uma zona sossegada ou tranquila, o facto de “haver espaço” ou de se tratar de uma “zona nova” da cidade. Estes argumentos representam, para os indivíduos que responderam “sim” à questão anterior, respectivamente, 50%, 28% e 22%. Quando comparada com as respostas anteriores e com a generalidade das posições dos residentes, esta resposta parece representar mais uma vontade que propriamente uma avaliação da real situação do bairro.

Dos inquiridos que responderam negativamente à questão, 79,3% considera que se o bairro fosse construído hoje, seria deslocado mais para fora da cidade, enquanto que 20,7% crêem que o bairro não seria construído nesta área, por se tratar de uma “zona nova” da cidade. Em ambos os casos se considera que tal construção não seria possível actualmente por se tratar de um bairro social. Um dos residentes referiu mesmo que se hoje esta zona estivesse vaga, construir-se-iam “casas para vender” e não um bairro social, numa referência indirecta aos novos fogos entretanto construídos. A separação subjectiva e o sentimento de segregação parecem, portanto, fazer ainda sentido nas construções mentais dos residentes.

A componente física do bairro não se limita, no entanto, às limitações impostas pela localização do bairro na cidade, mas igualmente pelas características de construção deste, cujas características apontam fundamentalmente para a rudimentaridade e para a parca aposta em estruturas colectivas.

2. A construção de um espaço para viver

A intervenção do Estado no sector da habitação tem tendido para a criação de espaços na cidade, geralmente sob a forma de bairros - os chamados “bairros sociais”. O problema da habitação surge entre o quantitativo (pela necessidade de extinguir massificadamente os bairros de barracas sobretudo nas grandes cidades

- como é apelo do D.L. nº 163/93) e a qualidade dos espaços a serem ocupados pelo seu público-alvo.

A construção dos bairros sociais caracterizou-se, até hoje, por uma certa “megalomania arquitectónica”, baseada em construções em altura, capazes de realojar o maior número possível de famílias, reduzindo assim mais drasticamente os indicadores (e a visibilidade) de situações de subdesenvolvimento urbano baseados nas condições de habitação.

A maioria dos estudos aponta para uma rudimentaridade das condições dos espaços de habitação social. Para além da elevada concentração urbanística de enormes construções em altura (Ferreira, 1994), destacam-se igualmente o fraco investimento em equipamentos sociais colectivos, como os espaços de lazer, de desporto e de ocupação de tempos livres (Pinto, 1994), ou a deficiente construção e arranjo dos espaços exteriores aos fogos (Guerra, 1994).

Por outro lado, é constatação generalizada que a standardização arquitectónica, conjugada com a segregação a que estes espaços se vêm entregues, conduz a uma ampliação da sua estigmatização, face à sua fácil identificação. A “rotulagem” a que estes bairros se vê sujeita - “bairro dos pobres”, “bairro operário”, etc. - contribuiu igualmente para uma segregação simbólica destes espaços e dificulta ainda mais a plena inserção dos actores no espaço urbano e a apropriação do seu espaço em particular.

O Bairro da Estação não se distanciou destas tendências megalómanas de construção. Para o início dos anos 60, este Bairro representava as maiores construções em altura da cidade. Mesmo já em 1991, de acordo com os Censos do I.N.É., os edifícios com quatro, cinco e seis pavimentos (como os do bairro) representavam, na totalidade da cidade, respectivamente, 12,4%, 1,8% e 0,4%.

O bairro possui um total de nove edifícios, com capacidade para alojar, na totalidade, 120 famílias, o que perfaz uma média de 13,7 famílias por prédio. Cinco desses edifícios possuem 4 andares de habitação, três possuem 5 andares e apenas um deles comporta 6 andares habitacionais. Ainda que com diferenças ao nível do número de andares, todos os prédios possuem o mesmo número de fogos por andar - 3 - e apresentam as mesmas estruturas tanto externas, quanto ao nível da planta de cada fogo.

O tratamento dos espaços externos e a atenção dada aos espaços colectivos não parece igualmente fugir à norma. De acordo com a memória descritiva a que tive acesso nos arquivos da Câmara Municipal da Covilhã, houve um especial cuidado com os espaços interiores do bairro, nomeadamente com as zonas de «recreio» ou de «convívio». Como consta da referida memória descritiva, *«previu-se um recreio infantil situado na zona mais abrigada (...) embora em boa posição para permitir a vigilância dos familiares. Pensa-se dotar este recreio com um equipamento elementar que poderia ser constituído por pequenos poços de areia e espelhos de água, uma armação tubular, ou de madeira e um ou dois escorregas, de forma a permitir o exercício e o recreio físico das crianças»*.

As intenções do projecto não viriam, no entanto, a ser postas em prática. O primeiro e único parque infantil para as crianças somente seria construído em meados dos anos 70, por acção de uma comissão de moradores entretanto formada e rapidamente extinta. Actualmente, este parque infantil já não existe, tendo sido demolido pela Câmara Municipal aquando da pavimentação dos dois largos interiores ao bairro.

Outros equipamentos de recreio e lazer projectados, tais como os «bancos de madeira pintada assente em peças de madeira e com costas ou não»¹, não viriam igualmente a ser construídos. Os primeiros bancos somente viriam a ser realidade em 1967, aquando da construção da Capela da Estação no interior do Bairro e ao redor desta. No início dos anos 90, por acção da Autarquia, aumenta-

¹ Memória descritiva da 2ª Fase de Construção do Bairro da Estação – Câmara Municipal da Covilhã

se o número dos bancos, onde actualmente se reúnem essencialmente os jovens e os idosos e que representam o único espaço de convívio do bairro.

O custo total da construção do bairro seria de 4.592.700\$00. No resumo de contas elaborado pelos Serviços Técnicos de Obras da Federação de Caixas de Previdência não consta nenhuma afectação de dinheiro para a construção de espaços de lazer e de apoio à ocupação dos tempos livres. O resultado das obras realizadas no bairro seria claramente distinto das intenções constantes dos vários projectos a que tive acesso.

À semelhança das conclusões de outros estudos realizados em bairros sociais, também aqui é visível uma perspectiva excessivamente funcionalista, de atribuição de “gavetas de habitação”, utilizando a analogia de Isabel Guerra (1994). A carência de espaços de convivência e de lazer, o fraco tratamento dos espaços exteriores (que no projecto são apelidados de “zonas de convívio”) e a colocação do acento tónico no realojamento familiar, encerra em si um elogio prático do individualismo, expresso na construção de espaços-tipo para indivíduos-tipo, reduzindo à casa a noção de espaço residencial, cujas consequências, como veremos, são evidentes, quer na obstaculação da acção colectiva, quer no fechamento das estratégias de participação no interior da lógica familiar.

Por outro lado, a estandardização a que se sujeita o modelo arquitectónico do Bairro da Estação, subsidia fortemente a estigmatização deste espaço. À medida que o crescimento urbano foi aglomerando o bairro, foi-se acentuando a diferença entre modelos arquitectónicos facilmente associáveis com a modernidade e com as classes médias e o modelo arquitectónico estandardizado deste bairro, directamente associável com as «classes trabalhadoras», como anunciava o Jornal do Fundão, aquando da inauguração do bairro em Junho de 1963.

As transformações das condições do interior do bairro não foram significativas, à excepção do alcatroamento dos largos interiores e da colocação de alguns bancos de jardim no seu interior. Para além de melhorar as condições dos espaços exteriores do bairro e, nomeadamente, dos espaços de lazer e de convívio, estas transformações vieram destruir aquele que foi o resultado de acções colectivas levadas a cabo por moradores do bairro, como é o caso do parque infantil construído nos anos 70 por iniciativa e com o contributo monetário dos residentes.

As restantes áreas de lazer, como os jardins, por exemplo, estão votadas a um quase abandono, que se repercute logicamente na opinião que os residentes produzem do seu espaço residencial. Como adiante veremos, esta avaliação negativa do bairro tem como consequências não apenas a percepção que os actores produzem das reais condições do bairro, mas reflecte-se igualmente na construção das identidades e numa panóplia complexa de comportamentos que tentam reagir a todo um conjunto de carências que o bairro apresenta e que contribui ainda mais para a sua estigmatização.

3. A construção das identidades

Tal com define Paula Almeida (1994), a apropriação do espaço significa a forma como o homem interioriza a imagem desse espaço e como age, reage e o interpreta e que se exprime, essencialmente, nas relações que os indivíduos com este estabelecem. O conceito de apropriação de espaço depende, por um lado, da avaliação que os actores fazem desse espaço da qual depende a sua identificação com ele. No fundo, apropriação significa tomar para si, tendo subjacente uma ideia de identidade com esse espaço.

O princípio do funcionalismo em que se baseara em grande parte a construção dos bairros sociais, motivou a criação de espaços para um homem-tipo. No caso dos bairros sociais pensou-se que as necessidades dos alojados

fossem meramente habitacionais, desvalorizando a componente relacional e dificultando a identificação dos indivíduos com esses espaços. O aumento das condições habitacionais pareciam ser suficientes para o bem-estar social das populações. No entanto «a formação de uma identidade colectiva (...) não se forma administrativamente, nem se regula geograficamente. (...) [pelo contrário], o bairro, a identidade colectiva, são assim o estabelecer de todo um complexo de relações imaginárias do homem com o espaço que diariamente percorre» (Almeida, 1994: 114). O próprio conceito de bairro encerra uma carga simbólica que o identifica com um espaço plenamente identificável e caracterizável pelas sociabilidades que gera internamente e pela distinção e separação em relação a outros espaços (identização). Também a arquitectura e a disposição demarcam a fronteira identitária do bairro com os outros bairros e outros edifícios, afirmando-se como um espaço específico, quer em termos sociais, quer arquitectónicos ou paisagísticos.

O espaço condiciona e modifica as identidades e obriga à reformulação dessas mesmas identidades. O conjunto de imagens e de representações que o indivíduo recria do seu espaço residencial dependem da forma como este o apropria e esta apropriação depende do modo como ele é avaliado. O indivíduo ao avaliar positiva ou negativamente o bairro e demonstrando níveis de satisfação baixos em relação a este, desidentifica-se com o espaço, refugiando-se no alojamento e nas relações familiares.

A identidade depende fundamentalmente da imagem que transpira do bairro e da forma como o indivíduo o assimila e o avalia. Sendo espaços fortemente estigmatizados, os bairros sociais caracterizam-se essencialmente por uma identidade negativa, que resulta em grande parte da assimilação dos caracteres exteriormente atribuídos ao bairro.

Os motivos da estigmatização externa são igualmente reconhecidos no seu interior. Os bairros são geralmente criticados pela sua vizinhança, insegurança e «demasiada intimidade nas interacções locais, que perturbam a intimidade da cada família» (Guerra, 1994: 12).

Teresa Costa Pinto considera que existe um “desgosto” pelo bairro, que se afirma paralelamente a um “gosto” pela casa. Os níveis de satisfação pela casa compreendem-se «se pensarmos na precariedade das condições habitacionais anteriores ao realojamento» (Pinto, 1994: 37). Geram-se, assim, sentimentos de acomodação e de aceitação em relação ao “bom” e abre-se caminho a uma maior satisfação pela casa. A casa converte-se na razão de muitos investimentos e poupanças das famílias e afirma-se igualmente como o núcleo principal da vida quotidiana. Não estranha, portanto, que sejam sobretudo os casais há menos tempo no bairro a demonstrarem níveis de satisfação menos elevados pela casa, muitas vezes, devido às referências mais recentes que têm dos espaços residenciais.

As casas são palco de diferentes intervenções e obras, muitas vezes de fundo e dispendiosas. Este investimento na casa prende-se essencialmente no desejo de ter uma casa “como a dos outros”. «Quanto mais reduzidas forem as expectativas, menores as exigências e maior a adequação da casa ao projectado e ao desejado» (Pinto, 1994: 38).

Outros estudos, como o de Filomena Cassis (1994), António Coelho (1994) ou Dickens (1990) referem igualmente o fenómeno do “gosto pela casa e desgosto pelo bairro”, apontando o investimento na casa como uma das regularidades nos bairros sociais, paralelamente a uma avaliação e intervenção negativas no bairro, o que, uma vez mais põe em causa lógicas colectivas de acção e a possibilidade do associativismo.

A questão que me coloco, no entanto, é a de saber quais os elementos externos e internos que poderão marcar novas identidades entre os indivíduos e entre estes e o seu espaço residencial. A identidade é um complexo multifacetado que percorre várias esferas da vida e dos percursos individuais. Como tal, a abordagem das identidades dos indivíduos com o seu espaço residencial passa,

quer pela avaliação que dele faz quem nele reside, quer de outras proximidades identitárias entre os indivíduos. Como antes referenciei, um dos motivos que conduzem a uma desidentificação dos indivíduos com os bairros sociais é a própria composição social destes, marcada por uma forte heterogeneidade dos residentes. A esta composição acresce-se uma forte estigmatização destes espaços que, procedendo de fora destes espaços residenciais, rapidamente se faz sentir nos comportamentos e atitudes dos residentes. Convém, portanto, conseguir estabelecer uma distância entre a desidentificação com o bairro e aquilo que ele representa (motivado por uma estigmatização externa) e a desidentificação dos indivíduos entre si, enquanto comunidade local. Trata-se, mais uma vez de uma separação nítida entre espaço físico e espaço social.

3.1. O processo de construção de identidades no Bairro da Estação

A análise das identidades é um dos processos científicos mais complexos em ciências sociais, sobretudo por lidar com uma multiplicidade de factores a considerar para a sua caracterização. O que muitas vezes parece constituir um elemento para a caracterização de uma identidade, torna-se incoerente com o todo relacional em que surge integrado. Tal como afirma Filomena Silvano (1997), o espaço constrói-se por uma heterogeneidade de factores, mais do que por uma pretensa homogeneidade.

A identidade dos indivíduos com o seu espaço e mesmo entre si, depende de três factores fundamentais: os seus percursos individuais; a sua homogeneidade social, económica e cultural e a avaliação que constroem do seu espaço social, que inclui igualmente a assimilação ou não das avaliações externas.

A proximidade entre os percursos individuais permite essencialmente uma identificação dos indivíduos entre si nas marcas trazidas de um passado mais ou menos comum e marcado pelos mesmos problemas, anseios ou aspirações que, mais do que uma identidade espacial, lhes confere uma identidade de vida. A proximidade social, económica ou cultural dos indivíduos, por sua vez, garante uma homogeneidade que amplia significativamente a identidade entre os indivíduos. Este facto é evidente quer nas identidades de classe, quer nas identidades étnicas ou raciais, cuja inexistência tem sido historicamente motivo de graves conflitos sociais, políticos e ideológicos. Por fim, a identidade do indivíduo com o seu espaço residencial constrói-se quer pela avaliação que este faz do seu espaço, quer pela percepção que tem do modo como esse espaço é avaliado desde o exterior. A forma de reagir aos impulsos externos, como a estigmatização, varia de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade. Um pouco à semelhança do que ocorre face a situações de exclusão social, o indivíduo procura respostas entre a fuga (*exit*), a lealdade (*loyalty*) e a expressão (*voice*) (Barry, 1991). A uma multiplicidade de factores que marcam a pertença e a identidade acrescentam-se, como tal, uma igual multiplicidade de respostas.

O processo de construção (ou destruição) das identidades dos actores sociais com o seu espaço não é um processo unilinear. Pelo contrário, trata-se de um processo extremamente complexo, pelo que importa ter em conta uma igual complexidade de factores intervenientes. Por outro lado, não existem dois processos iguais de construção de identidades, pelo que, se torna fundamental fazer corresponder uma abordagem específica a casos específicos, trazendo à tona o maior número possível de categorias de análise que possam sustentar as conclusões retiráveis desse objecto específico.

Uma abordagem da apropriação do espaço deverá ter em conta não apenas as reacções imediatas dos actores sociais realojados, mas igualmente a evolução desse processo no tempo e face a novas realidades estruturais. No caso do Bairro da Estação, ergue-se uma questão fundamental e que lhe confere

pertinência - todo um percurso de 34 anos de existência e as transformações ocorridas ao longo deste tempo. Por um lado, assistimos a importantes dinâmicas intergeracional, ainda que a substituição dos residentes não seja ainda muito significativa. Por outro lado, o bairro conheceu uma integração física no espaço urbano, tendo sido incorporado numa das zonas mais recentes da cidade, facto que actualmente se opõe radicalmente à periferização a que o bairro foi sujeito em 1963.

O crescimento urbano nesta zona da cidade e a conseqüente integração do bairro implicou uma extensão das identidades do espaço representado pelo bairro para o espaço representado pela “zona”. A imagem recriada pelo bairro positiviza-se quando relacionada com a zona em que se integra e negativiza-se sempre que tem em conta apenas as suas características específicas (vide gráfico nº 1). A extensão das identidades teve fundamentalmente o objectivo socialmente construído de procurar novos padrões de referência identitária, subalternizando a identidade com o bairro em si. Quando se colocam os actores sociais face à possível imagem que os outros têm do bairro, isto é, em relação à imagem produzida pelo bairro para o seu exterior, verifica-se um misto entre a estigmatização e a extensividade das identidades dos residentes. Assim, sempre que as respostas apontam para uma avaliação externa positiva do bairro, o argumento não se centra basicamente nas características do bairro em si, mas essencialmente da área urbana onde o bairro se situa. A justificação mais frequente para considerarem positiva a avaliação do *outro* centra-se maioritariamente na integração urbana do bairro - a “zona nova” ou a “zona boa” e não nas suas características internas. Pelo contrário, sempre que a avaliação é considerada negativa, são essas mesmas características internas do bairro e a estigmatização a que se vê exposto que sustentam essa opinião, como os “apelidos” que colocaram ao bairro, as “condições do bairro”, ou o próprio facto de se tratar de um bairro social. Conclui-se, portanto que, para os residentes, o bairro em si é objecto de uma avaliação negativa e que a sua integração na “zona nova” é extremamente questionável.

IMAGEM QUE OS OUTROS TÊM DO BAIRRO
E MOTIVOS PARA ESSA IMAGEM

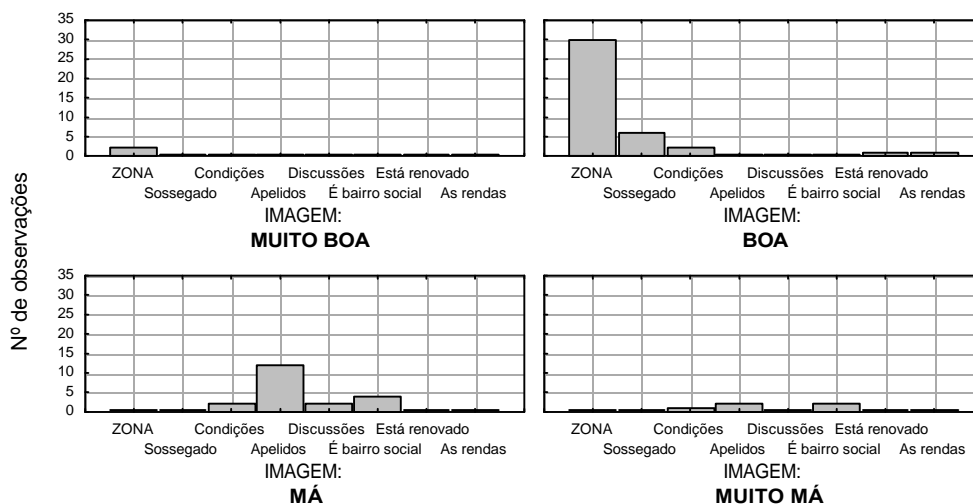
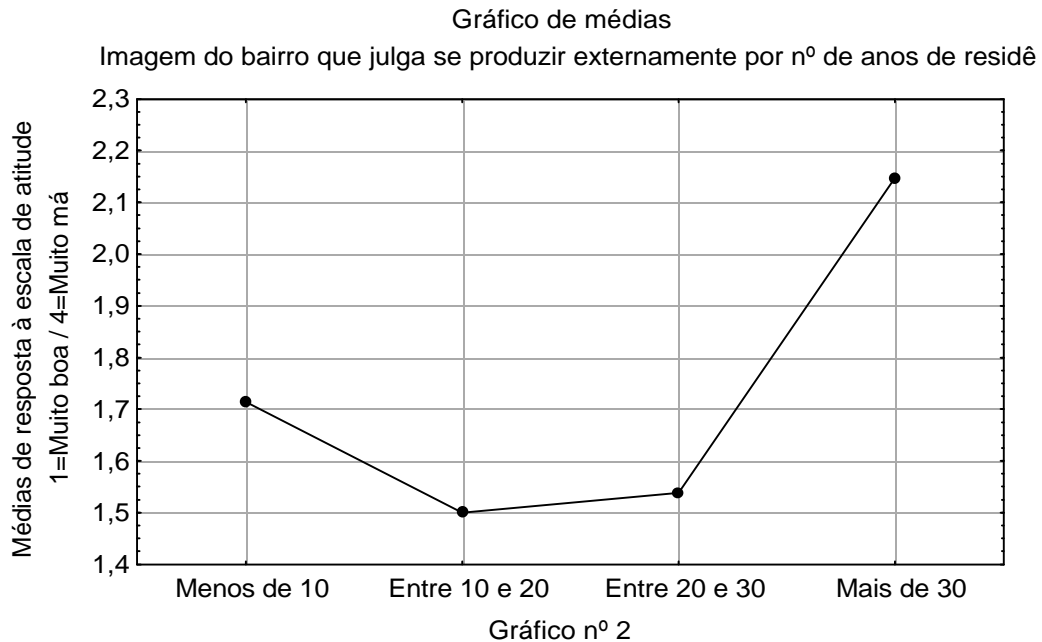


Gráfico nº 1

Numa primeira fase, marcada pela segregação espacial do bairro, a construção das identidades baseou-se essencialmente numa assimilação dos estigmas produzidos externamente em relação ao bairro, baseados quer nas características arquitectónicas deste, quer na sua ocupação social, daí que sejam essencialmente os residentes de primeira geração a considerar que o bairro tem uma má imagem devido, por exemplo, à forma como era alcunhado ou às

“discussões” que aí eram frequentes. Por seu lado, os residentes mais recentes consideram que essa imagem é mais positiva, utilizando como argumento fundamental a zona em que está inserido, uma realidade de que a maioria destes veio já a fazer parte.



Esta extensão das identidades vem provar fundamentalmente duas questões - por um lado a dinâmica própria das identidades, apenas captável através de uma perspectiva diacrónica e, por outro lado, a importância da integração urbana para uma melhoria das avaliações dos espaços residenciais. A aglomeração física deste espaço pelo crescimento urbano veio demonstrar que esta integração poderá funcionar de forma dual, motivando por uma lado a melhoria das avaliações mas contribuindo, por outro lado, para um desvio das identidades de um espaço específico (e com problemas específicos) para um espaço diferenciado (e com problemas distintos). Esta extensão das identidades anula, de certo modo, o sentido de pertença dos residentes relativamente ao espaço, que poderia constituir o objecto privilegiado da acção dos actores sociais. Tal, apenas seria conseguido com uma integração deste tipo de bairros no momento próprio da sua construção e não apenas quando não restam mais possibilidades de crescimento urbano senão a ocupação dos espaços periféricos que “sobram”. No entanto, não apenas a aglomeração física do bairro ou a proximidade de novos referenciais identitários contribuíram para uma desidentificação com o bairro e a imagem por ele representada.

Paralelamente, criou-se uma tendência oposta, resultante de uma identidade tendencialmente dirigida aos espaços mais próximos à casa, que constitui um outro referencial identitário fundamental.

As transformações estruturais motivaram, por parte dos actores sociais, um conjunto de respostas, consubstanciada num forte investimento nos espaços mais próximos, como a casa ou o prédio. É essencialmente com estes espaços sobre os quais os residentes fizeram (e fazem) recair os seus maiores investimentos que se geram as maiores identidades. Por sua vez, os restantes espaços do bairro, ainda que apresentando problemas aos residentes não são, como veremos, objecto de investimentos ou de tentativas de transformação.

A identidade dos indivíduos acaba por recriar o chamado *gosto pela casa e desgosto pelo bairro*, onde intervêm, no entanto, todo um conjunto de factores e que não resultam de uma mera comparação entre a avaliação da casa e a avaliação do bairro. A esta constatação acrescenta-se uma dimensão intermédia

que carece igualmente de interpretação - o edifício ou prédio. Este é igualmente objecto de identificação e de investimento dos residentes.

A construção das identidades em bairros sociais tem dependido bastante da comparação entre a avaliação que os actores sociais constroem da casa e a avaliação que constroem do bairro. À primeira associa-se frequentemente uma avaliação positiva, explicável pelas condições residenciais anteriores (idênticas trajetórias) e que tem como consequência um forte investimento na casa. Ao segundo, por seu lado, associa-se uma avaliação negativa, justificada pela assimilação de estigmas sociais associados ao bairro e que conduz a um desinvestimento neste. Teresa Costa Pinto caracteriza este fenómeno pela existência de um “gosto pela casa” e um “desgosto pelo bairro” (1994) - a vida e as identidades dos indivíduos centram-se na casa, que surge como o objecto das maiores preocupações e investimentos, contrariamente ao bairro que surge como o “espaço dos outros” e dificilmente assumido como um espaço colectivo e, logo, não gerador de acções colectivas.

O “prédio”, ainda que conste da maioria dos estudos relativos às sociabilidades, raramente surge enquadrado numa análise das identidades. Como afirma Paula Almeida (1994), as relações sociais acabam por se estabelecer quase impositivamente com aqueles com os quais os indivíduos se vêm obrigados a coexistir. No entanto, este espaço intermédio é, não apenas importante na definição das sociabilidades, mas igualmente na construção das identidades.

Verifica-se, portanto, não apenas um *gosto pela casa e desgosto pelo bairro*, mas sobretudo um *gosto* pelos espaços mais próximos à vivência quotidiana dos indivíduos e, nomeadamente, àqueles que mais são motivo de intervenção e investimento por parte dos residentes. A casa surge como o elemento referencial e central deste processo, a partir da qual as avaliações se vão negativizando à medida que dela nos afastamos.

MÉDIAS DAS AVALIAÇÕES
DAS CONDIÇÕES DO BAIRO

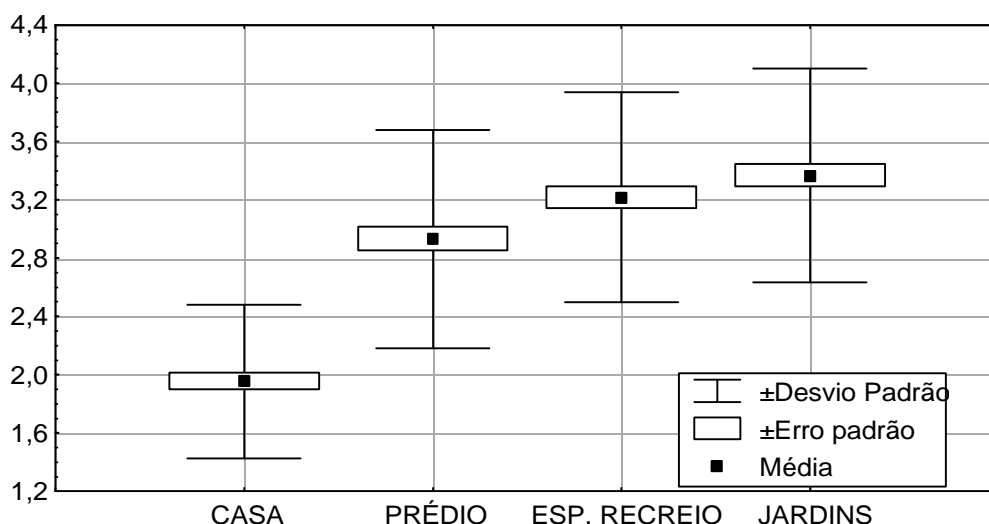


Gráfico nº 3

Como se pode verificar pela análise do gráfico de médias, à medida que nos afastamos da casa para o bairro, negativizam-se as avaliações, numa escala de atitudes situada entre o valor 1 (muito boas condições) e o valor 4 (muito más condições). A casa, no entanto é a única que apresenta valores médios positivos de avaliação, situando-se abaixo do valor 2 (boas condições), enquanto que o prédio é, em média, avaliado num ponto mais próximo ao valor 3 (más condições).

A construção das identidades balanceia-se, portanto, entre dois pólos aparentemente opostos – uma extensão das identidades para a zona e uma contracção para a casa. A extensão das identidades é, como vimos, resultado de uma procura de novos referenciais identitários e de uma integração que o bairro apenas conheceu há relativamente pouco tempo. A contracção das identidades explica-se, por outro lado, pelas trajectórias dos indivíduos, provenientes de habitações com más condições e para os quais a actual casa constituiu uma importante conquista pessoal e social.

O bairro, no entanto, surge em toda a construção das identidades como um elemento, ou ausente, ou subvalorizado. O duplo movimento entre a extensão e a contracção das identidades acaba por representar um duplo afastamento das identidades da imagem criada pelo bairro que, quando avaliado nas suas características intrínsecas, é negativamente assimilado. Esta “fuga” à identificação com o bairro reforça a incapacidade das estratégias de habitação social em constituir espaços capazes de fornecer, não apenas habitação, mas um espaço apropriável pelos actores e fomentador de uma inserção, quer objectiva, quer subjectiva das populações mais carenciadas. A consequência acaba por se reflectir numa continuidade ou mesmo reforço do sentimento de exclusão destas populações e na limitação de acções colectivas, face a um *outro* com o qual os actores não se identificam e de um colectivo ao qual não se pretende pertencer, com evidentes consequências no desenho das sociabilidades e nas capacidades colectivas para a participação.

4. Percursos das sociabilidades – a consequência relacional

As sociabilidades vêm-se igualmente influenciadas por um critério de proximidade, sendo a “casa” o epicentro dessa proximidade. As relações de vizinhança confinam-se essencialmente ao prédio, ou mesmo ao andar. Os indivíduos com quem os residentes mantêm a maioria das suas relações de vizinhança são os vizinhos do mesmo prédio, ou do mesmo andar, como se pode verificar pela análise do seguinte sectograma.

Com que vizinhos se relaciona mais frequentemente?

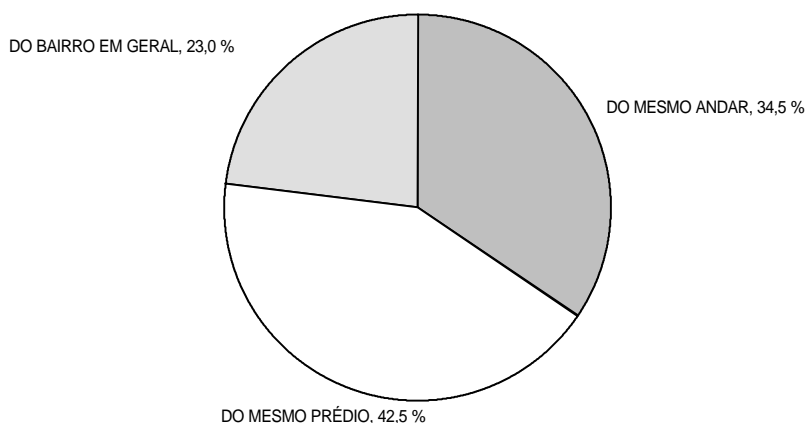


Gráfico n.º 4

À nova dimensão representada pelo “prédio” na análise das identidades acresce-se, na análise das sociabilidades, a dimensão mais próxima - o andar residencial. Recorro uma vez mais à ideia deixada por António Fonseca Ferreira ao analisar as sociabilidades em bairros deste tipo (1994), cuja aplicabilidade no presente caso se verifica claramente - os indivíduos relacionam-se com aqueles com quem são obrigados a residir. O prédio e o andar acabam por construir a representação física dessa realidade.

O critério de proximidade na construção das relações de vizinhança reflecte-se no quotidiano dos residentes. Quando as condições climatéricas o permitem, as relações entre os vizinhos estabelecem-se essencialmente nos pátios exteriores dos prédios, onde se concentram, muitas vezes até tarde (sobretudo no verão), os vizinhos do mesmo prédio. Os dois largos do bairro ficam vazios, deixando desocupados os bancos aí colocados e cuja intenção seria a de motivar o encontro entre os residentes.

O andar residencial, que inclui três fogos, é igualmente um espaço de encontro privilegiado, aproveitando o “patamar” de grandes dimensões (quando comparado com a exiguidade dos espaços comuns ao prédio noutros edifícios)..

A maioria das análises das sociabilidades no interior de determinados espaços urbanos tem carecido dispensado uma análise dos percursos dos residentes. Aliás, um dos principais argumentos para a carência de sociabilidades é a distância que separa os modos de vida anteriores dos actuais. Os indivíduos limitam-se frequentemente a ocupar a casa que lhes é atribuída, por número de filhos, ou mesmo por capacidades económicas. Trata-se de um “sorteio” extremamente aleatório e que demonstra sobretudo a carência de uma visão estratégica e socialmente próxima dos indivíduos a realojar. Os modelos de acção das políticas de habitação têm sido caracterizadas por um forte centralismo dos organismos responsáveis. O realojamento dos indivíduos é, assim, frequentemente apresentado como um choque traumático que resulta de uma degradação das relações de vizinhança anteriores.

As relações de vizinhança, neste bairro, construíram-se essencialmente após a ocupação dos fogos, anulando muitas das relações de vizinhança anteriores. Ainda que exista uma grande homogeneidade de percursos individuais e, nomeadamente, de locais de procedência, de naturalidade e de profissão dos residentes, estes percursos não foram tidos em conta. Os anteriores residentes de áreas degradadas da cidade, como o Bairro do Madeira, Ponte Martir-in-Colo, Rodrigo, ou Tapada (zonas tipicamente habitadas pelo operariado), ou os indivíduos provenientes de áreas rurais (que neste caso constituem uma minoria) foram aleatoriamente colocados em “gavetas de habitação”, sem uma avaliação prévia das relações de sociabilidade preexistentes. Deste modo, os indivíduos viram-se forçados a encetar uma reconstrução das relações de vizinhança com aqueles com quem residiam mais próximos, neste caso com os residentes do mesmo edifício ou do mesmo andar.

No caso do Bairro da Estação não é a heterogeneidade que constrange as relações de vizinhança, mas sim o menosprezo pela homogeneidade preexistente, caracterizado por uma perspectiva funcionalista que se julgava capaz de “criar” relações sociais através de “zonas de convívio” que não eram mais que espaços amplos sem uma aposta na construção de espaços de lazer e de convivência. A centralização a que se vê condicionado todo o processo de atribuição dos fogos e a inexistência de avaliações prévias de um ponto de vista social (diria mesmo sociológico), teve consequências nefastas para aquilo que poderia constituir um verdadeiro processo de criação de um espaço social, possibilitando deste modo uma maior e mais positiva apropriação do espaço por parte dos seus residentes, que o percurso histórico do bairro acabaria por confirmar e mesmo acentuar.

5. Do colectivo destruído à participação ausente

O Bairro da Estação começa, logo aquando da sua inauguração, a ser palco de um processo fortemente burocratizado e centralizado. Apoiadas em proposições funcionalistas, as políticas de habitação a que se sujeitou este bairro jamais demonstrou capacidade, ao longo de 34 anos, para envolver e motivar a participação dos seus destinatários. A atribuição de casas suplanta os mais elementares indicadores de conceitos como *bairro*, *vizinhança*, ou *sociabilidades*. Os actores sociais são colocados à margem do processo. A sua única especificidade, segundo estes modelos de planeamento, seria a necessidade de uma habitação, um “tecto”. Aspectos como a vizinhança anterior ou os percursos individuais dos realojados não são ponderados no processo. Concretizado o processo-chave - a atribuição da casa - a relação entre as entidades responsáveis e os residentes praticamente desaparece e só volta a emergir aquando das propostas de venda dos fogos já no início dos anos 90, por via de uma circular emitida de Lisboa.

Diz a tradição que o que começa mal raramente acaba bem. Quer o projecto, quer o processo inicial do realojamento no Bairro da Estação demonstravam já a incapacidade dos organismos públicos para inserir estes indivíduos. A segregação urbana a que o bairro se vê vetado constitui um primeiro reflexo de exclusão a que os residentes se veriam sujeitos. Por outro lado, todo o processo de realojamento foi organizado de uma forma centralizada e funcionalista, ampliando uma lógica assistencialista de criação de dependências, de desresponsabilização e de excessiva formalização do processo.

A maioria dos residentes não participou da atribuição do seu fogo. A atribuição do imóvel dependia de uma fórmula, uma matriz *input-output* onde eram contabilizados critérios como o número do agregado ou a presença simultânea de dois irmãos de diferente sexo. Aqueles que participaram de algum modo na atribuição dos fogos fizeram-no por dois motivos fundamentais - por um lado, alguns dos agregados não possuíam rendimento suficiente para acarretar com a renda de um imóvel com mais assoalhadas, por outro, as famílias mais extensas que solicitaram um fogo com mais assoalhadas. Note-se que as rendas destes fogos eram de 180\$00, 280\$00 e 350\$00, respectivamente para os fogos de duas, três e quatro assoalhadas e que em muitos dos casos correspondiam a um dos salários do casal.

De um modo espontâneo, estabeleceram-se informalmente trocas de casas entre agregados, uma espécie de permuta que interessasse a ambos os lados, foi solicitada a aceitação da troca à “Caixa” e formalizou-se a troca. Esta intervenção não partiu, portanto, de uma inserção operada por parte da Federação de Caixas de Previdência, mas sim de uma acção desenvolvida espontaneamente pelos próprios residentes, em prol da resolução dos seus problemas específicos. Deste modo, não posso de modo algum considerar o esboço de qualquer intenção de inserção destes actores no interior do processo de realojamento. As medidas que orientaram a construção do Bairro da Estação quedaram-se à margem de um projecto de desenvolvimento e afirmaram-se como meros instrumentos de um crescimento que se julgava suficiente e, sobretudo, eficiente.

A realidade dos bairros sociais veio, no entanto, demonstrar que a exclusão dos actores sociais dos processos de decisão e a incapacidade para motivar a sua participação comprovariam a perniciosidade desta lógica. A reacção a essa exclusão e a um sentimento de incapacidade para resolver os problemas que afectam o seu espaço poderá ser múltiplo, desde uma limitação da participação, a uma lealdade a uma panóplia de estereótipos e estigmatizações. O reflexo desta última reacção tornou-se evidente - os bairros sociais são cada vez mais conotados com o comportamento desviante e multiplica-se a possibilidade de criação de grupos de risco, assim como com a presença de situações de pobreza relativa. Por outro lado (e paradoxalmente), os bairros sociais são igualmente

referidos pela maioria das pesquisas como espaços onde a participação dos actores sociais é menos visível.

À partida, pensamos que quanto maior a complexidade dos problemas, maior a necessidade de uma participação daqueles que os sofrem. No entanto, apesar de os bairros sociais encerrarem sérios problemas a diferentes níveis, a intervenção (directa ou indirecta) dos actores sociais é frequentemente apontada como diminuta. Os modelos de organização são frequentemente considerados a solução para os problemas de carência de participação, como as comissões de moradores ou os condomínios.

Os actores sociais que refiro aqui são uma população muito específica - envelhecida, pertencente a classes sociais baixas e com fracos recursos educativos. O único modelo formal de organização que o bairro conhece é o condomínio e que não tem facilitado uma motivação para a participação, chegando mesmo a destruir relações de vizinhança bastante profundas e antigas.

Pergunto-me novamente se a existência de problemas não justificará por si só a organização da participação dos residentes em torno de objectivos comuns. Poderia argumentar a homogeneidade dos seus percursos pessoais, a sua identidade de classe ou outros factores de identidade. Mas estamos face a uma identidade que não se reflecte já no bairro. A centralização das relações de vizinhança em torno da casa e todo o critério de proximidade que marca esta escolha mostraram-me, no entanto, que estas homogeneidades não seriam suficientes para a construção de um verdadeiro espaço social comum, conferindo deste modo uma nova leitura às transformações da identidade que, numa das suas vertentes, se aproxima igualmente da casa.

A integração do Bairro da Estação no crescimento urbano da Zona da Estação, trouxe novos modelos de referência que, conjugados com a aquisição de propriedade dos fogos, reencaminharam os investimentos materiais e sociais para a casa. Sucedem-se as intervenções nos espaços individuais ocupados pelos diversos agregados e, só depois, se viriam a suceder as intervenções ao nível do prédio, por acção dos condomínios.

A cooperação entre os actores sociais, à partida, tem perdido a expressão de bairro e foi concentrada no interior dos espaços de relação mais íntima. Uma parte significativa dos próprios actores sociais estão conscientes de que a união entre os residentes é parca.

Numa escala entre 1 (nada unidas) e 4 (muito unidas), obtive uma resposta que, em média se situa em 2,8, portanto já mais próximo do valor 3 (pouco unidas), como se pode observar no seguinte histograma.

AVALIAÇÃO DA UNIÃO ENTRE OS RESIDENTES

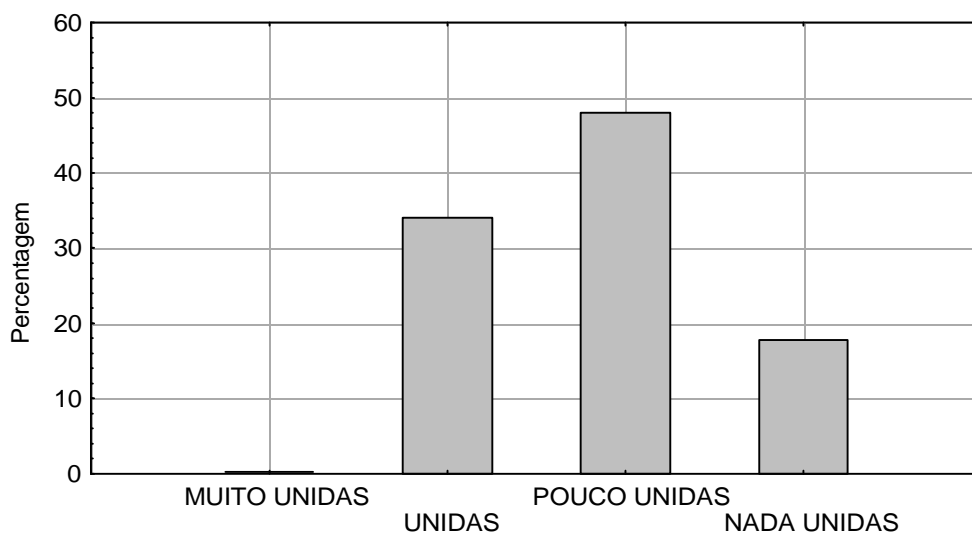


Gráfico nº 5

A avaliação da evolução desta união ao longo destes 34 anos provou-me novamente da existência de uma ruptura no interior destas relações. De acordo com a maioria dos inquiridos, esta união manteve-se ou piorou. Paradoxalmente, o Ministério da Segurança Social proporia a venda dos fogos, reforçando ainda mais a tendência centrífuga para a casa que, evidentemente e face aos perfis da identidade de da sociabilidade, se afirma definitivamente como o núcleo dos investimentos. Por outro lado, a aquisição dos fogos obrigou igualmente à constituição de condomínios que, dada a dificuldade em gerir a formalidade do processo, gerou uma conflitualização das relações de sociabilidade num dos redutos colectivos mais importantes para a sua construção .- o prédio. Não estranha, portanto, a tendência registada para um desinvestimento no bairro, à medida que se amplia o investimento no fogo, comprovando os efeitos perniciosos de um modelo de habitação pública centrado numa lógica funcionalista de atribuição de lugares privados, fortemente formalizada e parcamente motivadora da participação colectiva.

Breve conclusão

No contexto dos novos tipos de exclusão, marcadamente mais ligados à componente social e colectiva, à quebra dos laços sociais e à reforçada importância atribuída à exclusão subjectiva (ou sentimento de exclusão), a construção de bairros sociais continua a demonstrar especificidades fragilizadoras da inserção e meramente integradoras.

As exigências sociais de um processo de realojamento ganham especial importância quando ponderado todo um conjunto de factores que potenciam a exclusão social, concebida não no sentido tradicional da mera exclusão económica, mas como um processo de marginalidade caracterizado por uma quebra sistemática dos laços sociais dos actores. A capacidade para criar e manter comunidades coesas é, neste caso, fundamental, se entendermos que um dos principais laços de inserção se encontra exactamente nas filiações que o actor consegue estabelecer e manter junto destas comunidades. No entanto, os cenários traçados pela habitação social têm-se distanciado desta necessidade, demonstrando uma incapacidade sistemática para envolver os actores, subestimando a importância das comunidades e apostando claramente numa estratégia individualizada de “atribuição de fogos”. Por outro lado, ainda que apresentando a vantagem de, massificadamente, eliminar situações objectivas de pobreza habitacional, amplia significativamente as componentes subjectivas da exclusão.

A habitação social acaba por reflectir claramente a crise do Estado Providência, quer do ponto de vista financeiro, quer de eficiência e eficácia, quer de legitimidade. O cumprimento dos seus objectivos acaba por se demonstrar contraproducente do ponto de vista social, produzindo objectos que, pela sua própria natureza intrínseca, potenciam e evidenciam a pobreza e a segregação.

A incapacidade financeira das autarquias e/ou dos organismos de providência para expropriar espaços valorizados da cidade para a construção destes bairros constitui, à partida, um dos elementos-chave para a afirmação de um processo potencializador da exclusão, contribuindo para um reforço da estratificação urbana. Os bairros sociais acabam por reconstituir espaços de aglomeração da pobreza urbana, concentrando no seu interior os principais grupos de risco e contribuindo para uma interiorização da exclusão, com consequências previsíveis, inclusivamente, na socialização para o desvio. Não estranha, portanto, a associação que mecanicamente as populações urbanas estabelecem entre bairro social e desvio, criminalidade ou delinquência.

A somar ao forte sentimento de segregação (e provando que a mera integração urbanística não é suficiente), internamente o bairro reproduz sentimentos de exclusão e bloqueios à formação de um espaço relacional,

visíveis, quer na construção negativa das identidades, quer na obstaculação às sociabilidades. A resposta a uma estratégia funcionalista e individualista de realojamento *familiar* acaba por ser a própria dissolução da comunidade e a aposta social e simbolicamente construída em torno da casa, como último reduto de identificação num mundo de *outros* que os actores recusam a assumir como *seu*.

BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, John (1996), *Sharing the City - community participation in urban management*, Earthscan Publications, Londres

ABRANTES, Teresa (1994), «Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sujeções», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 50-54

ALMEIDA, Paula (1994), «Habitação: a Produção de um Conceito», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 110-116

BARRY, Brian (1991), *Democracy and Power*, Oxford University Press, Oxford

CARDOSO, Abílio (1996), *Do desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Afrontamento, Porto

CASSIS, Filomena e PEREIRA, Albano (1994), «Utilização do Espaço de Habitar e Satisfação Residencial - Bairro do Bugio», in: *Sociedade e Território*, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 44-49

COELHO, A. J. Baptista (1994) «É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 71-78.

DICKENS, Peter (1990), *Urban Sociology, Society, Locality and Human Nature*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire.

FERREIRA, A. Fonseca (1994), «Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 54-62

GUERRA, Isabel (1994), «As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 11-16

GUERRA, Isabel (1997), «Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento», in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24, Lisboa, pp. 165-181

GROS, Marielle C. (1994), «Pequena História do Alojamento Social em Portugal», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 80-90

HOVEN, Rudy van der e NUNES, M^a Helena (organ.) (1996), *Desenvolvimento e Acção Local*, Fim de Século Edições, Lisboa

MAIA, Hortense L. (1994), «Representações da Pobreza: Proximidade Geográfica e Distância Social», in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 63-70

MONTEIRO, Alcides (1997), *Comunicação ao Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Universidade da Beira Interior, Covilhã

PINTO, Teresa C. (1994), «A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro», in: *Sociedade e Território*, nº 20. Ed. Afrontamento, Porto, pp. 36-43

SILVANO, Filomena (1997), *Territórios da Identidade*, Celta Editora, Oeiras